



Handwritten signature and initials:
P. B. A.
L. J. P.
K. C. A.
O. M. A.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA Nº 06/2023

RELATIVA À SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS - Quadriênio 2021-2025

No dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no auditório do Centro Cultural de Samora Coreia, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de junho, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriênio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, com a seguinte Ordem do Dia:

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – Exercício de 2022 – Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas do número dois do artigo septuagésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro e da alínea l) do número dois do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, nas suas redações vigentes;

PONTO 2 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente;

PONTO 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 – Apreciação e votação, nos termos conjugados da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e do número quatro do artigo vigésimo nono da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho;

PONTO 4 – PROJETO DE REGULAMENTO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – Relatório, incluindo a apreciação dos contributos em fase de 2.ª consulta pública, e proposta de redação final do projeto do regulamento municipal – Apreciação e votação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual;

PONTO 5 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 6 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente;

PONTO 7 – APRECIÇÃO POR TODOS OS ELEITOS, DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DATADO DE 30 DE MAIO DE 2023, RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS, NO QUE SE REFERE À SUA APLICABILIDADE E SUA EFICÁCIA.



Handwritten signatures and initials:
A. R. F. Santos
M. J. Campos Pereira
M. Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão
M. R. F. Santos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, justificou a ausência, alegando motivos pessoais, tendo sido substituído no cargo, interinamente, pela senhora Primeira Secretária da Mesa, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, nos termos do número dois do artigo dezasseis, do Regimento da Assembleia Municipal. Como elemento seguinte na lista de ordenação de candidatos da CDU, foi convocada a eleita Maria Lucinda de Sousa Martins. Justificou, também, a ausência, a eleita Irina Noel Matias Batista, do Grupo Municipal da CDU, tendo sido substituída por Domingos Manuel Marques David Pereira.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádía Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, todos em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e João Amândio Cação da Cruz, em representação do Partido CHEGA; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Marcaram, igualmente, presença a sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, substituta legal do sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos do número três do artigo número cinquenta e sete, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação vigente, e os senhores Vereadores Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU, José Manuel Valente Nunes Azevedo, em representação do PS, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor, em representação do PSD e Milena Alexandra Boto e Castro, em representação do Partido CHEGA.

Confirmada a existência de quórum, a sra. **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício**, declarou aberta a sessão pelas **vinte horas e trinta e cinco minutos, com a presença de vinte e cinco eleitos**. Iniciou os trabalhos, saudando todos os presentes, assim como aqueles que seguiam a emissão através das plataformas digitais. Por se encontrar a presidir aos trabalhos da sessão, pelo motivo já aduzido, para completar a Mesa, convidou a eleita **Maria Lucinda de Sousa Martins** a ocupar o lugar de Segunda Secretária, passando o Segundo Secretário, sr. José Duarte Salgueiro, a exercer as funções de Primeiro Secretário. Não houve contraditório em relação ao procedimento adotado.

Contextualizou que, na véspera, dia vinte e sete de junho, tinha sido deliberado, por unanimidade, após concluídos o Período de Intervenção do Público e do PAOD-Período de Antes da Ordem do Dia, suspender os trabalhos da sessão, prosseguindo-a em segunda reunião, no dia seguinte, vinte e oito de junho, nos termos do artigo número quarenta e seis da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente, no mesmo local e horário, tendo como único objetivo a discussão do Período da Ordem do Dia. Decisão sustentada por se afigurar insuficiente o prolongamento por mais uma hora, além das zero horas, para a conclusão da Ordem do Dia, tendo em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

conta a relevância dos temas em agenda, que não se coadunavam com a pressão exercida pelo limite de tempo disponível.

Antecedendo o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, deu conhecimento que tinha chegado à Mesa **um pedido de introdução de um ponto extra à ordem do dia da sessão**, para efeitos de tomada de deliberação da Assembleia Municipal, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA, nos termos do número dois do artigo cinquenta da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na redação vigente. O mesmo apontava para **a necessidade de ser revisto o Regimento da Assembleia Municipal de Benavente, concretamente, na parte respeitante às Comissões Específicas** (Capítulo IV).

A sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, procedeu à leitura do pedido, após o que questionou o plenário acerca da sua eventual concordância, com a introdução do Ponto Extra. Enquanto **o representante do Grupo Municipal do PS, António José Rabaça, pronunciou-se, desde logo, a favor da pretensão**, os representantes dos Grupos Municipais da CDU e do PSD, Mário Pereira e Ricardo Oliveira, respetivamente, assim como o eleito do CHEGA, Paulo Cardoso, manifestaram a vontade de usar da palavra, que lhes foi concedida.

O eleito **Mário Pereira** opinou que o pedido deveria ter sido apresentado sob a forma de recomendação à Mesa da Assembleia Municipal, a incluir no PAOD-Período de Antes da Ordem do Dia, e não como ponto extra. O motivo alegado foi a falta de documentação de apoio, que permitia analisar de forma mais aprofundada aquilo que os proponentes se propõem fazer. Desse modo, por considerar o assunto extemporâneo, informou que o Grupo Municipal da CDU estava contra a introdução desse Ponto Extra.

Por sua vez o eleito **Ricardo Oliveira**, após os cumprimentos habituais, deu a conhecer a posição do Grupo Municipal do PSD face à pretensão do CHEGA. Consubstanciou-a no facto do assunto constar da Ordem do Dia, através do Ponto número sete, que nasceu de um pedido por parte do eleito António José Rabaça, baseado na discussão do Despacho emitido pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal de Benavente, em 30 de maio de 2023, sobre o funcionamento das Comissões Específicas. Nesse sentido, o eleito considera que esse assunto tem condições para ser articulado com a questão avançada pelo CHEGA, uma vez que ambos convergem entre si.

Não descarta a necessidade de ser clarificado o funcionamento das Comissões Específicas, realçando o movimento de trabalho que as Comissões Específicas têm tido no mandato atual, ao invés do que tem acontecido nos mandatos anteriores, onde o seu papel foi quase nulo. Contudo, não deixando de concordar com a essência daquilo que levou ao pedido do CHEGA, reconhece que a sua aceitação pressupõe a existência de documentação de suporte à tomada de uma decisão, por parte dos eleitos. Acha que não basta partir para uma revisão do Regimento, sem se saber quais são as suas linhas orientadoras, não sendo em sede de plenário que deverá ser feita.

A sua posição é de não aceitar a inclusão do Ponto Extra, porque defende que o lugar mais certo para essa Revisão ter lugar, será num fórum mais pequeno, em sede de Conferência de Representantes, onde todos os partidos estão representados e onde cada um poderá dar a sua opinião. Aí poderá ser elaborada uma proposta consensual, ou não, de alteração ao Regimento, que irá a plenário para ser votada, como documento fechado. É aquilo que lhe parece mais adequado para a matéria em causa. Tal como se apresenta, o Grupo Municipal do PSD não irá aceitar o pedido de introdução do Ponto Extra.

O eleito **Paulo Cardoso** defendeu o pedido de introdução do Ponto Extra, apresentado pelo Grupo Municipal do CHEGA, do qual faz parte. Enquadrou que o funcionamento das Comissões Específicas



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

não está devidamente espelhado no Regimento, porque o mesmo prevê, em termos de atuação, que seja apresentado, somente, um relatório anual das suas atividades, o que não se coaduna com o volume de trabalho que tem sido apresentado pelas Comissões.

Nesses termos, pretende que o assunto seja integrado na agenda, porque é no plenário que estão presentes todos os eleitos das forças políticas, e não apenas os líderes dos Grupos Municipais, como acontece na Conferência de Representantes. No seu entender, esse fator limita as ideias e as vontades, de quem representa uma determinada força política.

Defendeu, ainda, que o trabalho das Comissões tem sido valorizado pela contribuição das forças políticas da oposição, por não existir aquela vontade de colaboração por parte dos elementos da CDU, cujas posições são muitas das vezes contestadas, nomeadamente na 3ª e na 4ª Comissões, as quais integra.

Comparativamente ao pedido do CHEGA, sublinhou que o **requerimento apresentado pelo eleito António José Rabaça** não contempla a revisão do Regimento, daí que entenda como fator primordial a clarificação dos pontos constantes da sua proposta: plano estratégico, objetivos, metodologia de trabalho, agenda e atas, cuja importância relevou, porque relatam o trabalho feito pelas Comissões, a que todos deverão aceder, em termos de conhecimento público dos contributos que têm dado para o bem estar dos munícipes. Pelos motivos expostos, considera que faz todo o sentido uma revisão urgente ao Regimento.

Findas as intervenções, passou-se à votação do PEDIDO DE INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA DOS TRABALHOS DA REUNIÃO, DA INICIATIVA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO CHEGA, SOBRE A NECESSIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO REGIMENTO, NA PARTE RESPEITANTE AO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS, cujo resultado foi o seguinte: **rejeitado, por maioria de votos**, com dezassete votos contra, sendo nove da CDU, sete do PSD e um do CHEGA, e oito votos a favor, sendo dois do CHEGA, cinco do PS e um da CIMB.

Deu-se início ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – Exercício de 2022 – Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas do número dois do artigo septuagésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro e da alínea l) do número dois do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, nas suas redações vigentes:

A sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal deu as boas vindas a todos os presentes e àqueles que seguissem a emissão em direto pelas redes sociais. Ao apresentar a matéria respeitante ao ponto, explicou que a documentação distribuída aos eleitos é bem elucidativa daquilo que são as Contas Consolidadas do Exercício de 2022, cujos resultados já tinham sido incorporados na Prestação de Contas Individuais, aprovadas na sessão de abril passado. Ainda assim, acrescentou que a autarquia consolida aquilo que são as participações do Município em entidades como a ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Resiurb, a Associação de Municípios do Vale do Tejo e a CIMLT-Comunidade Intermunicipal de Municípios da Lezíria do Tejo, as quais sendo de natureza associativa não consolidam nas Contas, fazendo-o, apenas, com a empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, onde o Município detém **16,44%** da sua participação, tendo tido um resultado líquido no valor de **333.086,43 euros**.

Aberto o debate, inscreveram-se os seguintes eleitos: **Ricardo Oliveira e Paulo Cardoso**.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito **Ricardo Oliveira** estabeleceu um paralelo das contas consolidadas com as Contas do Município, levando o PSD a tomar uma posição política comum, relativamente aos documentos análogos, anteriores. Essas Contas refletem aquilo que é a execução do Município ou das entidades participadas do Município. Para melhor se inteirar daquilo que são os dados de execução orçamental, atento o facto de se estar a meio do ano, considerou de todo relevante que a Sra. Vice-Presidente divulgasse esses dados em relação às obras municipais, nos investimentos inscritos em orçamento para 2023. A seu ver, continua-se a adiar aquilo que são os investimentos estratégicos para o concelho de Benavente, com taxas de execução muito reduzidas, razão pela qual o Grupo Municipal do PSD irá reprovar as Contas, dado que espelham a incapacidade revelada pela gestão CDU de executar os seus próprios orçamentos.

O eleito **Paulo Cardoso** teve, igualmente, um foco maior nos resultados da execução orçamental. Afirmou que, à semelhança do ano anterior, continua-se a assistir à transição de saldos avultados e investimentos não concretizados, que traduzem as dificuldades da autarquia em implementar o seu próprio programa. Recordou, novamente, a obra que consta do programa eleitoral da CDU, que ainda não se concretizou, a de **requalificação dos celeiros dos Oliveiras, em Samora Correia, e dos Arcos, em Benavente**, assim como a obra prevista de **requalificação da sede do Rancho Saia Rodada**, que passou de 400.000 mil euros para os 500.000 euros atuais, acrescidos de mais 100.000 euros, na revisão em agenda, perfazendo o total de 600.000 euros.

Em vez de lançar tantos investimentos que depois não os consegue concretizar, aconselhou a Câmara Municipal a rever essa dinâmica, colocando menos ambição e mais ligeireza nos projetos que planeia, de forma a que possam ser concretizados pelas empresas adjudicatárias, em tempo considerado útil. Para além disso, acha que deveria direcionar a sua preocupação, igualmente, para obras básicas que tanta falta fazem aos municípios de Foros da Charneca ou da Coutada Velha, como a construção de passeios e de saneamento básico.

Em resposta aos esclarecimentos suscitados, a Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu o seguinte:

- **Questão das taxas de execução pouco expressivas e dos elevados saldos que daí resultam:** ainda que compreenda os argumentos da oposição acerca daquilo que é a execução orçamental, não pode deixar de demonstrar o outro lado da realidade, da verdade, que justifica o elevado valor do saldo. Face à "aura negativa" que pretendem transmitir, repetiu que a crise pandémica e o cenário de guerra que lhe sucedeu, deixou os seus "estragos": inflação galopante, subida em flecha do preço dos materiais, falta de matérias-primas e escassez de mão-de-obra, originando que muitas das obras em curso sofressem desvios consideráveis no cumprimento dos prazos, inicialmente, estipulados e a consequente transição de saldos de um ano para o outro. Um dos outros fatores que, igualmente, contribuiu para o avolumar do saldo foi um conjunto de faturação, que não foi processada até ao final do ano, apesar das insistências da autarquia nesse sentido, forçando esse valor não pago a passar para o ano seguinte de 2023. Confirmou a ocorrência de casos em que muitas das vezes os concursos ficam desertos, obrigando à sua reformulação e relançamento, até mais do que uma vez. Tem a expectativa que se consiga, no corrente ano, concretizar, o mais possível, as obras adjudicadas, forçando a diminuição do saldo.

Enunciou duas obras, cujos concursos estão lançados ou em vias de o ser, no corrente ano: a requalificação da envolvente ao Centro Cultural de Benavente e a requalificação da sede do Rancho Saia Rodada, também em Benavente. Aproveitou para transmitir ao **eleito Paulo Cardoso**, que os projetos municipais, para além de serem elaborados à medida das possibilidades da autarquia, são



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ajustados à realidade do momento, fatores que, no entanto, se vieram a revelar insuficientes para evitar que, ambos, tivessem ficado desertos.

Não tem dúvidas que gostaria de ver taxas de execução mais altas e saldos mais baixos, o que significaria que as obras estariam a ser concretizadas, em consonância com os compromissos assumidos pela autarquia perante as populações. Contudo, a conjuntura externa tem dificultado a progressão desse objetivo.

O eleito **Ricardo Oliveira** pediu autorização para intervir novamente, o que foi aceite. Lamentou a condição de saúde do sr. Presidente da Câmara, a quem desejou as melhoras. Vê com apreensão as afirmações que foram proferidas pela sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, porque, a seu ver, não consegue transmitir ao plenário, ou, a quem a interpela, respostas concretas e precisas às questões que lhe são colocadas, dificultando a prática do trabalho político no concelho. Desse modo, perguntou novamente quais eram as taxas de execução orçamental no momento atual, sugerindo que fosse solicitada, para o efeito, a colaboração do sr. Chefe de Divisão Municipal de Gestão Financeira. Não tolera que se repitam sempre as mesmas desculpas, para justificar a passagem de muitos dos investimentos previstos para os anos seguintes, enquanto os outros Municípios arranjam formas de concretizar aquilo que têm incluído nos seus orçamentos. Criticou que, muitos dos investimentos que ficam por fazer, derivam de projetos mal desenhados de raiz, que inquinam o desenvolvimento de todo o processo.

Em resposta, a sra. **Vice-Presidente da Câmara Municipal** garantiu que não dispunha dos dados referentes à execução orçamental, reportados à data atual, nem o sr. Chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira. Deixou o compromisso de lhe fazer chegar esses elementos, logo que possível, sem intenção de ocultar qualquer tipo de informação.

O sr. **Chefe de Divisão Municipal de Gestão Financeira, Dr. João Augusto**, pediu para usar da palavra, que foi concedida. Advogou que não tinha vindo preparado com esses dados, uma vez que o assunto não fazia parte da ordem de trabalhos. Se tivesse tido essa noção, seguramente, que os tinha trazido. Assumiu, igualmente, o compromisso de os enviar ao eleito.

O eleito **Ricardo Oliveira** aceitou que lhe fizessem chegar os dados em questão, não pondo sequer em dúvida que lhos estivessem a ocultar.

Por sua vez, o eleito **Paulo Cardoso** pediu, novamente, para intervir, o que foi concedido. No seu entender, tratando-se de um ponto destinado a ser votado, a sra. Vice-Presidente da Câmara e o sr. Chefe de Divisão deveriam estar munidos de toda a documentação necessária ao seu bom esclarecimento.

Em sua defesa, a sra. **Vice-Presidente da Câmara** replicou que a informação de suporte ao Ponto tinha sido disponibilizada aos eleitos, para que se inteirassem da mesma. Considera os dados pretendidos como sendo informação suplementar, de carácter técnico, que se comprometeu a fazer chegar ao eleito. Acha natural não dispor ainda de todo o conhecimento ao nível de pastas, dossiers e de informação técnica sobre todos os assuntos, que, até há relativamente pouco tempo, estavam a cargo do sr. Presidente da Câmara.

O sr. **Chefe de Divisão** complementou que a documentação disponibilizada se refere a todas as matérias agendadas, alegando não estar munido dos dados de execução orçamental, que se alteram diariamente, porque não constavam da própria ordem de trabalhos. No caso de terem sido solicitados atempadamente, os mesmos seriam fornecidos.



Handwritten signature and initials:
M. J. R.
up
Kieq
(m. J.)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Sujeito a votação o **Ponto número um: APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – Exercício de 2022**, foi **rejeitado, por maioria de votos**, com dez votos contra, sendo sete do PSD e três do CHEGA, nove votos a favor da CDU e seis abstenções, sendo cinco do PS e uma da CIMB.

Os eleitos **Ricardo Oliveira, do Grupo Municipal do PSD e António José Rabaça, do Grupo Municipal do PS**, apresentaram, ambos, **declarações de voto orais**, que se reproduzem na íntegra:

Ricardo Oliveira:” Registo e reforço a posição do Grupo Municipal do PSD: esta divergência política de fundo que o PSD tem com a governança desde concelho, naquilo que é a estratégia seguida e as taxas de execução orçamentais, votamos contra este documento de Prestação de Contas Consolidadas, como votámos no passado. É um voto contra, que significa uma reprovação às políticas que continuam a ser seguidas neste concelho. Registamos ainda que estas Contas, hoje, são reprovadas, porque o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal não cumpre mais uma vez com o acordo que fez, ou não fez, com a CDU, deixando, mais uma vez, esta ideia da governança e da estabilidade caída por terra, porque, de facto, neste concelho, não existe, nem estabilidade, nem governança, nem um rumo definido a seguir, lamentando que assim seja.”

António José Rabaça:“O Grupo Municipal do PS absteve-se, em coerência com a posição que tomou na votação, há dois meses atrás.”

PONTO 2 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente:

A sra. Vice-Presidente da Câmara deu nota das verbas que o Executivo se propõe integrar na Revisão Orçamental, destinadas aos seguintes investimentos:

- **Obra de ampliação do jardim de infância da Lezíria, em Samora Correia**, com programação plurianual, repercutindo-se nos orçamentos de 2023, com a verba de 40.000 euros para a elaboração do respetivo projeto, e de 2024 com a verba de 500.000 euros para a sua concretização. Sinalizou que o projeto vem vertido na Carta Educativa, a qual aguarda aprovação do Conselho Municipal de Educação, a que seguirão os outros órgãos, Câmara Municipal, DGESTE e Assembleia Municipal. Até à conclusão desse processo, o Município decidiu avançar com o projeto, por uma questão de economia de tempo;
- **Aquisição de duas viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos**, a iniciar procedimento concursal em 2023, com concretização prevista em 2024, com a verba de 350.000 euros;
- **Apoio a entidades prestadoras de serviços urbanos à comunidade, nomeadamente, sobre formação de gestão de animais deambulantes, colónias de felinos, bem como a sua captura, esterilização e devolução ao seu meio ambiente**, dirigido a IPSS e a entidades locais, trabalho que vai ser feito em articulação com a Associação Refúgio Vital, com a verba de 20.000 euros
- **Obra de requalificação do Museu Municipal de Benavente**, devido à insolvência da empresa adjudicatária, foi necessário fazer um novo projeto e lançar nova empreitada, cujo prazo de execução se prolonga para 2024, tendo a respetiva rubrica sido dotada com 1.500.000 euros.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Reforço de verbas, para 2024, **destinadas às EIP'S-Equipas de Intervenção Permanente, no âmbito da Proteção Civil**, com 90.000 euros.
- Reforço de verbas para 2024, em relação à **Obra de requalificação e ampliação da sede do Rancho Saia Rodada**, foi tomada a decisão de ser lançado novo concurso, com valores mais elevados, uma vez que o anterior ficou deserto, tendo sido acrescentados mais 100.000 euros, numa obra de grande impacto para a coletividade, para o Município, para o território e para a zona onde está implantada.
- Por último, uma nova rubrica de receita para acolher **transferências do ICNF**, não previstas inicialmente, **referentes ao bem-estar animal**, que se destina à esterilização de canídeos, com a verba de 1.894,00 euros.

Inscreveram-se para discutir o assunto, os eleitos **Paulo Cardoso e Ricardo Oliveira**.

O eleito **Paulo Cardoso**, da leitura que fez da Revisão, relevou a importância de terem sido considerados quatro investimentos, que resultaram de reclamações que lhe chegaram de alguns municípios: - Recolha do lixo em Santo Estevão, onde as duas viaturas a adquirir pela autarquia vão ser necessárias; - Alargamento do Jardim de Infância da Lezíria, obra de importância vital, dado o cenário existente; - Criação de lugares de auxiliares de ação educativa, para o início do ano letivo, área onde os meios humanos são muito necessários; - Reforço de verbas destinadas às EIP's.

Mostrou-se discordante, apenas, com o reforço da verba prevista para a obra da sede do Rancho Saia Rodada que, com mais 100.000 euros, ascende ao valor total de investimento, até ao momento, de 600.000 euros. Na sua opinião, seria preferível que o projeto fosse revisto, numa perspetiva de mais baixo custo.

Em função da sua concordância com os pontos referidos, afirmou que o Grupo Municipal do CHEGA iria dar um voto de confiança ao Executivo. Ressalvou, no entanto, que aguardava que os mesmos fossem cumpridos ou concluídos, no seu tempo, porque, caso contrário, o CHEGA ponderava votar sempre contra, quer o Orçamento, quer as Revisões, alegando que bastava de obras orçamentadas e não concluídas. Contabilizou que, somente, no ano anterior, tinha havido catorze Revisões Orçamentais.

Interveio a seguir, o eleito **Ricardo Oliveira**. Vincou que o PSD não dava nenhum voto de confiança ao PCP, direcionando-o, somente, para quem precisa do Orçamento para fazer o seu trabalho na comunidade. Antecipou que se iria abster na votação do Ponto, na medida em que a proposta do Executivo contém aspetos que merecem a sua aprovação, caso do reforço das EIP's e da necessidade de ser ultrapassado o impasse e o constrangimento com as obras de requalificação do Museu Municipal.

Confessou não ser sua intenção que a autarquia fique impossibilitada de cumprir com esses objetivos, considerados relevantes, correndo o risco do PS se abster ou votar contra essa Revisão Orçamental. Nesse sentido, para que o Município não seja prejudicado pela falta de estabilidade política no concelho, atentas as diversas situações que não podem ser adiadas, disse que o Grupo Municipal do PSD se iria abster na votação.

Colocou, ainda, duas questões ao Executivo: **a primeira** relacionada com o **Jardim de Infância da Lezíria**. Quis saber qual o timing definido para a sua concretização, tanto para o projeto, como para a obra. Na mesma linha, pediu para ser esclarecido se a Revisão vai adequar o orçamento em curso àquilo que são as necessidades do próximo ano escolar, por forma a evitar os habituais constrangimentos, que acontecem em setembro; **a segunda** respeitante aos **processos das obras do**



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Museu Municipal e do Rancho Saia Rodada. Trata-se de processos muito atrasados, onde entronca a ideia que transmitiu há pouco de que o problema está, por vezes, na génese dos projetos e no pensamento político que se pretende para as áreas de intervenção do concelho. Comentou que essa linha de pensamento não advém apenas do PSD, porque, nesse mesmo dia, tinha sido partilhada publicamente, uma opinião do sr. António José Ganhão, ex-Presidente da Câmara Municipal de Benavente, sobre as obras de requalificação da Praça do Município, concretamente, do Parque Infantil do Campino, comentando que a memória do local não tinha sido preservada, nem tão pouco acautelada, e que deveriam ser tidos em conta determinados aspetos, que tinham sido esquecidos. Segundo o eleito, isso só comprova que o PSD não está sozinho na sua discordância com o rumo seguido pela autarquia, na medida em que até o próprio ex-Presidente da Câmara, sr. António José Ganhão, teve a necessidade de vir a público "*agitar as águas*", para lembrar os erros que muitas vezes podem ser cometidos, naquilo que é o pensamento político estratégico e naquilo que é o nascimento de uma ideia, que se pretende concretizar.

Criticou a forma de atuação da Câmara Municipal, relativamente ao elevado número de projetos que tem vindo a lançar, ou, porque não têm enquadramento naquilo que são os concursos públicos, ou, porque durante a sua execução, vão sofrendo constantes alterações, o que denota erros nas suas previsões e no seu planeamento. Nas obras de Requalificação da Praça do Município, da Praça da República e do Centro Histórico de Samora Correia, identificou algumas situações que ilustram bem essa sua opinião: lugares de estacionamento alterados, devido a reclamações de comerciantes, lugares de estacionamento a servirem de depósito de contentores do lixo, ausência de ilhas ecológicas subterrâneas, dificuldades de reordenamento do trânsito, transmitindo uma imagem de indefinição, naquilo que são os projetos de intenções.

Ainda em relação ao sr. António José Ganhão, transmitiu que todas as críticas lançadas pelo PSD tinham acabado de ser validadas pela sua pessoa e que, independentemente, das ideologias serem diferentes, não tem dúvidas em reconhecer que, enquanto ele esteve à frente da autarquia, demonstrou ter um rumo certo, sabendo qual o caminho que deveria seguir, ao invés daquilo que tem sido revelado pela governança atual, que "*navega à vista e ao sabor do vento*". Considera, por isso, que o resultado dessa política só pode ser quantificado em prejuízo, que irá ser pago pelas gerações futuras, assistindo-se, no presente, a um "*Município adiado*", por falta de estratégia e de capacidade política da CDU e dos atuais autarcas do Partido Comunista.

Na réplica, a sra. **Vice-Presidente da Câmara** refutou as acusações de que foi alvo, afirmando que se enganavam todos aqueles que consideram que a Câmara Municipal "*navega à vista*," respondendo que a autarquia se guia por objetivos bem definidos e que está convicta do caminho que quer seguir, permitindo-lhe, no final dos três mandatos, identificar aquilo que foram as suas linhas de ação e de orientação, que a acompanharam ao longo do seu percurso.

Deu nota que não lhe cabe a si pronunciar-se sobre opiniões de pessoas, ainda que referentes ao "**ilustre**" ex-Presidente da Câmara Municipal, a quem deve respeito e gratidão pelo trabalho que desenvolveu e pelo legado que deixou a todos.

No momento, o eleito **Ricardo Oliveira** tentou interromper a sra. Vice-Presidente da Câmara para prestar declarações, tendo sido impedido de o fazer pela própria.

Prosseguindo nos seus esclarecimentos, no que diz respeito aos **projetos das Praças da República e do Município, em Benavente**, defendeu e contradisse que os mesmos tinham passado por um processo de definição de intenções, de modo consciente e integrado nos planos de investimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

autarquia. A obra do **Parque Infantil do Campino** é a que se encontra, ainda, por concluir. Trata-se de um espaço com uma temática ligada às tradições do Município, simbolizadas pelo campino, pelo cavalo e pelo toiro, imbuído de um espírito inovador, não se conhecendo nenhum outro espaço com configuração e oferta semelhantes. Ainda que não esteja concluído, sente-se orgulhosa e satisfeita pelo trabalho que lá está, mostrando-se, contudo, disponível para eventuais sugestões de melhoria.

Quanto aos **prazos de execução do projeto e da obra de ampliação do Jardim de Infância da Lezíria**, informou que os mesmos são para execução imediata, sendo a intenção avançar já com o projeto e logo de seguida, no início de 2024, lançar a obra de ampliação do edifício, dotando-o de mais três salas para o ensino pré-escolar, obra considerada impactante para o reforço da rede escolar do Município.

Relativamente à **obra de Requalificação do Rancho Saia Rodada**, identificou o projeto como sendo de compleição simples, que contrasta com os valores exagerados, que estão a ser pedidos para a sua execução.

Terminada a discussão em torno do Ponto, seguiu-se a votação do **Ponto número dois: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023**, que foi **aprovada, por maioria**, com quinze votos a favor, sendo nove da CDU, cinco do PS e um da CIMB, e dez abstenções, sendo sete do PSD e três do CHEGA.

PONTO 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 – Apreciação e votação, nos termos conjugados da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e do número quatro do artigo vigésimo nono da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho:

A sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal enquadrou a matéria, precisando o número de lugares que constam da proposta em discussão: **três psicólogos clínicos e uma terapeuta da fala**. Justificou a sua criação com o sucesso que tem tido o programa de educação de saúde em contexto escolar, designado de Plano Salute. Na medida em que só parte da equipa que o constitui pertence ao Município, sendo a outra parte pertença do CRIB (quatro técnicos), é entendimento da autarquia que se devam criar melhores condições de estabilidade profissional aos seus elementos, cujo desempenho é considerado uma mais valia junto das famílias, dos alunos e da comunidade escolar em geral, propondo-se, para o efeito, a sua contratação em funções públicas, por tempo indeterminado. Como exemplo dessa situação, referiu-se de forma elogiosa ao trabalho desenvolvido pela técnica de **terapia da fala**, que trabalha em torno do atraso no desenvolvimento linguístico, sendo de grande importância a intervenção desenvolvida, para o processo de ensino e de aprendizagem dos jovens. No entanto, o facto de se encontrar a trabalhar a meio tempo, não lhe permite ocupar-se de todas as turmas, ao nível do ensino pré-escolar

Justificou, igualmente, a criação de mais **um lugar de nutricionista**, com o argumento de que, em função do processo de transferência de competências, na área da Educação, a autarquia teve de optar por um modelo de gestão direta dos refeitórios escolares, cujo universo é constituído por três centros e dezasseis refeitórios, fornecendo cerca de 2500 refeições diárias, que tem dado bons resultados, mas que, ao mesmo tempo, tem sobrecarregado o trabalho da técnica, que detém essa responsabilidade, daí a necessidade de apetrechar a equipa com mais uma nutricionista, para dar continuidade ao bom trabalho que está a ser feito. Detalhou que a criação desse novo lugar, objetiva, não só a melhoria da confeção de comida à comunidade escolar, como também, proporcionar uma boa



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

oferta, aumentar o número de alunos que frequentam esses espaços, a melhoria em termos de acolhimento dos espaços físicos das refeições, assim como a promoção duma alimentação mais saudável, numa perspetiva de avaliação da condição corporal. Caso disso, foi o projeto piloto, recentemente, desenvolvido na Escola Básica Duarte Lopes, que se prevê venha a ter continuidade no próximo ano letivo, nas escolas de Samora Correia e do Porto Alto.

Explicou que se prevê, igualmente, o acréscimo de mais **três auxiliares de assistentes operacionais/auxiliares de serviços gerais**, que se destinam às escolas, refeitórios escolares e aos demais equipamentos e instalações municipais, a que adicionou mais **seis lugares** de cantoneiro de limpeza, que visam reforçar a equipa de higiene urbana.

Para a discussão do Ponto, inscreveram-se os eleitos **Cristina Brandão, Ricardo Oliveira e Augusto Marques**.

A eleita **Cristina Brandão**, após os cumprimentos habituais, transmitiu que o sentido de voto do Grupo Municipal do CHEGA iria ser a abstenção. Compreende a necessidade de serem contratados mais assistentes operacionais para as escolas, não deixando, no entanto, de considerar insuficiente o número de lugares criados, face ao aproximar de um novo ano letivo, que é preciso preparar ao nível de recursos humanos, de modo a evitar os habituais constrangimentos. Concorde, também, que sejam criados mais lugares para as cantinas e refeitórios escolares, tendo aproveitado a ocasião para realçar, de forma positiva, a alimentação fornecida pelas cantinas, que sofreu uma melhoria acentuada desde que passou a ser da responsabilidade da Câmara Municipal, felicitando a nutricionista responsável.

Espera que a abstenção do CHEGA contribua para que a Câmara Municipal possa satisfazer as necessidades das escolas. Além disso, considera de todo premente a contratação dos técnicos de terapia da fala e dos psicólogos clínicos, sobretudo, para atender à questão da saúde mental dos jovens, que tem vindo a aumentar. Admite que são os serviços da autarquia que, muitas das vezes, estão na linha da frente a tentar colmatar essa necessidade, tendo em conta que a resposta do Governo se tem revelado insuficiente, face à dimensão do problema.

O eleito **Ricardo Oliveira**, como nota inicial, expressou o seu mal-estar perante a forma como a sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal o mandou calar, quando mencionou um “à parte” no momento em que usava da palavra. Lembrou que sendo uma reunião política, os “às partes” são permitidos em todo o lado, até na Assembleia da República. Disse que via o debate como sendo uma ação de natureza política, onde não cabem questões de natureza pessoal, sentindo que tem exercido a sua função de forma respeitosa com todos os eleitos, seja qual for a sua representação política, tendo reforçado o seu respeito pessoal pela sra. Vice-Presidente.

Pedi que clarificasse a **questão ligada ao CRIB-Centro de Recuperação Infantil de Benavente**, porque lhe pareceu ouvir que um dos funcionários se destinava a fazer trabalho no CRIB. Se assim fosse, queria saber qual era o seu enquadramento, tendo em conta que a sra. Vice-Presidente preside à Direção dessa Instituição. Assumiu, contudo, que possa estar induzido em erro de interpretação.

Por último, interveio o eleito **Augusto Marques**. Defendeu e reforçou a visão estratégica da Câmara Municipal, expressa nas matérias respeitantes aos Pontos dois e três da Ordem do Dia. **A Revisão Orçamental**, contendo um conjunto de ações relacionadas com a educação, que sai destacada, os resíduos sólidos urbanos, o bem-estar animal e algumas obras estruturantes para o Município e **a alteração ao Mapa de Pessoal**, onde muitas dessas áreas serão atingidas, como as alterações no âmbito da educação, com interligações à saúde: criação de lugares de psicólogos, terapeutas da fala, nutricionistas, assim como se verificam alterações ao nível operacional, quer na área de educação,



[Handwritten signature and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

com a contratação de auxiliares dos serviços gerais, quer na área do ambiente, com a contratação de cantoneiros de limpeza, ligados à recolha de resíduos sólidos urbanos. Considera que os dois documentos abarcam um conjunto de situações identificadas, que pensa terem o aval de todas as forças políticas representadas.

Seguiram-se os esclarecimentos por parte da sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal.

À eleita **Cristina Brandão**, clarificou que aquilo que considera ser um reduzido número de lugares propostos para assistentes operacionais, se justifica porque se encontra a decorrer um concurso para assistentes operacionais para a área da Educação, que irão perfazer o total de 22 lugares disponíveis, o que permitirá fazer, no princípio do ano letivo, uma melhor distribuição ou redistribuição desse pessoal pelos estabelecimentos de ensino.

Ao eleito **Ricardo Oliveira** disse acreditar que não o mandou calar da forma como referiu, no entanto, pediu-lhe desculpas se efetivamente o fez. Agradeceu-lhe as palavras de apreço que lhe dirigiu.

Clarificou a questão relacionada com o **CRIB**. Fez uma retrospectiva daquilo que aconteceu até ao momento atual, em relação ao **Plano Salute**. Desde a sua criação em 2007, ainda na vigência do ex-Presidente António José Ganhão, que tem merecido uma atenção destacada por parte da autarquia, apostando nele, de forma prioritária. Trata-se de um programa vocacionado para a promoção da saúde em meio escolar, que originou a celebração de protocolos/parcerias com diversas entidades, o Centro de Saúde de Benavente, os dois Agrupamentos de Escolas, a Câmara Municipal e uma IPSS local, no caso o CRIB. Na altura, foram contratados psicólogos que estavam em falta para ser montado um plano multidisciplinar, estruturado, para trabalhar em contexto escolar, reafirmando o que tinha dito anteriormente, que parte da equipa atual pertence aos quadros do CRIB. Aquilo que se está a solicitar com a integração de três psicólogos clínicos e do terapeuta da fala é que lhes seja dada estabilidade laboral, oferecendo-lhes um contrato por tempo indeterminado, em igualdade de circunstâncias com os seus colegas de equipa, ligados à função pública.

Concluído o debate, o **Ponto número três: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023**, foi sujeito a votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: **aprovado por maioria**, com nove votos a favor da CDU e dezasseis abstenções, sendo sete do PSD, cinco do PS, três do CHEGA e um da CIMB.

PONTO 4 – PROJETO DE REGULAMENTO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – Relatório, incluindo a apreciação dos contributos em fase de 2.ª consulta pública, e proposta de redação final do projeto do regulamento municipal – Apreciação e votação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atual:

A sra. Vice-Presidente da Câmara apresentou a matéria em questão, fazendo o seu percurso histórico desde o seu início: foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 06.12.2021, autorizar e promover a publicitação do início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal, de acordo, com o CPA, tendo sido publicado em Diário da República em 13.12.2021, para recolha de contributos, por 10 dias, não se registando, na altura, qualquer contributo. Em 18.4.2022, o projeto foi levado à Câmara Municipal, para aprovação e submissão a consulta pública, durante o período de 30 dias. Nessa altura, por decisão da Câmara Municipal, foi enviado à Comissão Específica respetiva, onde os seus eleitos, tiveram a oportunidade de prestar os seus contributos, os quais, na sua grande maioria, foram integrados no projeto que se apresenta. Em resultado dessa integração, houve necessidade de fazer uma segunda consulta pública, que ocorreu a 18.4.2023. A



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

19.06.2023, a redação final desse projeto foi presente à Câmara Municipal, juntamente com os contributos dos srs. eleitos, que mereceu a sua aprovação, sendo essa a proposta que se submete a apreciação e votação do órgão deliberativo.

Para a discussão do Ponto, inscreveram-se os eleitos: **António José Rabaça, Cristina Brandão e Ricardo Oliveira.**

O eleito **Antonio José Rabaça** reportou um estudo sobre o uso partilhado de bicicletas, na Holanda. Um dos resultados que mais o surpreendeu foi o facto de surgir em primeiro lugar como motivo principal para o seu uso, o de ser mais prático e mais fácil, relegando para planos mais secundários, causas como a saúde, o bem-estar, o dinheiro, entre outras. Por outro lado, convidou os eleitos a visualizarem na internet uma estação de comboios, também, na Holanda, onde se pode verificar a existência de parquímetros para bicicletas, concluindo que a realidade da Holanda nada tem nada a ver com a de Portugal.

Recorreu à intervenção proferida pela sra. Vice-Presidente, na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 19 de junho de 2023, aquando da apresentação do Ponto, e que faz parte da documentação de suporte ao mesmo, para mencionar o seguinte:

Contradiisse que os contributos dos eleitos não tinham sido maioritariamente aceites pela Câmara Municipal, quando quatro deles, considerados relevantes por parte dos eleitos do Grupo Municipal do PS, não tinham sido acolhidos;

Observou que toda a polémica que tem envolvido o assunto, se justifica pela inércia com que a autarquia tem pautado a sua postura, decorridos 6 anos desde a sua aquisição.

Concluiu que não foram fatores principais, como a mobilidade e o meio ambiente, que presidiram à intenção de adquirir as bicicletas, mas, sim, o interesse em aproveitar uma bonificação de 500.000 euros em fundos comunitários:

Questionou se, finalmente, tinha chegado o momento de implementar as bicicletas, tendo em conta que as ciclovias já se encontravam concluídas há mais de dois anos;

Expressou a sua discordância com o sistema escolhido, porque não o considera mais adequado à realidade do Município, alegando o número insuficiente de bicicletas, 12 em Benavente e 12 em Samora Correia, e apenas 2 postos de ancoragem, em cada uma das localidades. Nesse sentido, desafiou a sra. Vice-Presidente a apresentar um sistema, na Europa Ocidental, que tenha um sistema de bicicletas de uso partilhado, com apenas duas estações de ancoragem, com a convicção de que o mesmo não existe, por não ser viável. Reiterou essa crítica, porque o número de estações e a sua localização não lhes permite ter utilidade, não servindo para as tarefas do dia a dia dos cidadãos, além de não constituir alternativa nenhuma de deslocação aos transportes habituais.

Referindo-se, concretamente, ao articulado do Regulamento, deu nota do seguinte:

- Artigo 9º: interdita o uso de bicicletas nas Estradas Nacionais, sem que preveja uma pena a aplicar, em caso de transgressão;

- Artigo 10.º, n.º 2: é referida a existência de um seguro contra danos terceiros, sem que preveja, igualmente, um seguro de acidentes pessoais, quando, de acordo com o Regulamento, as bicicletas são para utilizar por jovens a partir dos 14 anos. Considera inaceitável essa lacuna.



[Handwritten signature and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Por último, desvendou quais eram os quatro contributos do PS, que não foram aceites pela Câmara Municipal:

- . Pegar nas 24 bicicletas e 4 estações de ancoragem e colocá-las em Benavente, no perímetro urbano;
- . As bicicletas não poderem ser usadas fora do circuito urbano de Benavente, tal como acontece no Município de Almeirim;
- . Existência de um seguro de acidentes pessoais;
- . A recolha de dados, dispondo Benavente de uma área mais diminuta que Samora Correia, as 4 estações poderiam servir o sistema num único ponto, servindo de experiência para depois poder ser amplificado para Samora Correia e, eventualmente, ser ampliado para Benavente.

Face ao contexto enunciado, anunciou que o **Grupo Municipal do PS** iria votar contra o projeto de Regulamento em apreço.

Interveio a seguir a eleita **Cristina Brandão**. Declarou que o **Grupo Municipal do CHEGA**, em consonância com a sua Comissão Política, **iria votar, igualmente, contra** o Projeto de Regulamento das bicicletas, por ser defensor do sistema utilizador/pagador, através do pagamento de uma quantia considerada suportável pelos cidadãos, que os obrigará a ter uma responsabilidade maior na sua utilização e manuseamento.

O eleito **Ricardo Oliveira** resumiu que o processo já vai longo, com cerca de 7 anos, porque não foi planeado estrategicamente pelo Município a pensar nos seus munícipes, mas, sim, para aproveitar uma majoração dos fundos comunitários, sendo esse o motivo porque as bicicletas, que custaram 100.000 euros, ainda se encontram armazenadas, passados esses anos todos. Além do mais, criticou a posição da Câmara Municipal, quando, na altura, decidiu avançar com as obras das ciclovias, dizendo que as mesmas constituíam uma forma de embelezar as bermas ao longo da EN 118 e não uma necessidade de promover a mobilidade no concelho. Como se não bastasse, depois de gastos milhares de euros em bicicletas e ciclovias, num espaço de 6 a 7 anos, a autarquia, na semana anterior, decide aprovar a adjudicação, por 55.000 euros, do estudo de mobilidade do concelho de Benavente. Tudo isso constitui um exemplo flagrante daquilo que tem vindo repetidamente a insistir ao longo do tempo, que é a falta de planeamento e de estratégia, que reina no concelho há já muitos anos.

Referiu-se, concretamente, ao **Regulamento** em apreciação. Depois do projeto inicial ter sido objeto de reformulação, por não ser a versão que melhor se adequava ao funcionamento do sistema partilhado de bicicletas, foi solicitada a pronunciar-se a 1ª Comissão Específica da Assembleia Municipal, tendo o PSD, a par de outros, dado o seu contributo com variadas propostas, sobre as quais não tem dúvidas que melhoraram em muito o documento inicialmente previsto. Ainda assim, considera que, independentemente de qualquer regulamento, o sistema partilhado de bicicletas não irá funcionar no concelho, pelas razões já partilhadas e pelos exemplos dos Municípios limítrofes, onde tem conhecimento que as pessoas não o utilizam da forma correta, que desaparecem bicicletas, por serem meios pequenos, onde essa necessidade não se faz sentir.

Assinalou aquilo que considera negativo no sistema, ao mesmo tempo que identifica os contributos do PSD para o seu aperfeiçoamento. Sendo um concelho rural, onde quase toda a gente tem bicicleta, os sistemas partilhados de bicicletas são desenhados para as cidades, onde a mobilidade das pessoas se faz de outra forma, porque as distâncias são mais longas. Em todo o caso, considera importante um sistema de bicicletas partilhado no concelho de Benavente e havendo um Regulamento para discutir e dar soluções, o PSD fez o seu papel, sugerindo, por exemplo, que as docas em Benavente, se



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

situassem, uma, no Parque 25 de abril e, outra, no Bairro Zeca Afonso, nas Areias, de forma a servir melhor os cidadãos, através de pontos mais distantes entre si. Apesar de lhe parecer mais ajustada à realidade, a proposta não foi considerada, mantendo a autarquia a decisão de colocar as duas estações quase junto uma à outra, uma no Parque 25 de Abril e outra na Praça do Município. Igualmente, não foi considerada a proposta do PSD para Samora Correia, com o mesmo argumento. O PSD propôs, ainda, a criação de um seguro de responsabilidade civil, para salvaguardar qualquer acontecimento, assim como, sugeriu o desenvolvimento de uma aplicação informática para telemóvel, permitindo que as pessoas pudessem fazer a sua inscrição no sistema partilhado, em qualquer altura, ou, dia da semana, e não só de 2ª a 6ª feira, como está previsto pela autarquia.

Se por um lado compreende as posições tomadas pelo PS e pelo CHEGA, por outro lado, acha que se chegou a um ponto que não é o adiar da situação que vai resolver alguma coisa, porque o erro foi “*cometido à nascença*” e nesse sentido, a rejeição do Regulamento não vai acrescentar nada ao bom andamento, ou, ao mau andamento do sistema de bicicletas partilhado. O seu entendimento é que tendo o Regulamento recebido o contributo do PSD, num processo de audição onde umas propostas foram aceites e outras não, o sistema deve ser implementado no terreno, porque tem de ser testado, para se saber o que vale e como funciona.

Completou, alertando para a necessidade dos serviços municipais estarem preparados para a colocação do sistema no terreno, lembrando que, além dessa questão, o próprio Regulamento pressupõe o desenvolvimento de uma aplicação informática para integrar no sistema, prevendo, ainda, que os serviços deverão estar prontos a atuar, em caso de necessidade de recolha de bicicletas.

Concluiu, colocando duas questões ao Executivo:

- Após a aprovação e publicação em Diário da República do Regulamento em apreciação, qual o tempo expectável para a colocação das docas;
- Qual o tempo necessário para que o sistema fique apto a ser utilizado pelos cidadãos, sabendo que há meios informáticos e aplicações promobile, que têm de ser desenvolvidas e que há meios humanos por afetar ao serviço encarregue de gerir o sistema.

Seguiu-se o eleito **António José Rabaça**. Defendeu que para o bom funcionamento do sistema não interessa se o concelho é de origem rural ou não. O que tem de ser avaliado é a sua utilidade e a ajuda que poderá trazer às pessoas, podendo ser uma alternativa ao transporte urbano, que não existe. Propôs que o sistema fosse reforçado com mais postos de ancoragem, um nas Areias, um junto aos CTT, um em frente à Escola, outro em frente ao edifício da Câmara Municipal e, por último, um outro junto à Praça de Táxis, porque só com mais pontos de deslocação, o sistema poderá funcionar, e não na forma como está concebido. Previu, ainda, para os custos de manutenção do sistema, que poderão ascender aos 1.200,00 euros por operação.

O eleito **Paulo Cardoso** discordou que a autarquia tenha feito um investimento tão avultado no sistema, onde foram gastos 100 mil euros do erário público, e 400 mil de fundos comunitários, aplicados em 24 bicicletas, para cerca de 30 mil habitantes, sublinhando que todo esse valor gasto não inclui sequer a conclusão da obra de ligação da ciclovía de Benavente a Samora Correia.

Reafirmou a ideia de responsabilizar quem usa as bicicletas, daí a sugestão do recurso ao sistema do utilizador/pagador, como forma de levar as pessoas a estimar aquilo que é pago por todos, alertando que os estragos no equipamento, implicam custos de manutenção, que terão de ser suportados pelo dinheiro dos impostos.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'Rafael', 'Miguel', and 'MAY'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Dirigindo-se ao eleito Ricardo Oliveira, lançou o *remoque* de que, por um lado afirma ser contra, por outro lado vai votar a favor, alega que vota a favor porque quer ver a mobilidade suave na rua, mas ao mesmo tempo previne que vai haver problemas e que poderá correr mal, ou seja, toma uma posição favorável, procurando, no entanto, abrigar-se das consequências que poderão advir. Confessou que, por aquilo que lhe é dado observar, a campanha política já começou.

Num último considerando, mencionou que faz sentido que as bicicletas venham para a rua, havendo *que contribuir para que as coisas corram bem*. O dinheiro está gasto e uma vez que está gasto, há que formar uma união para arranjar soluções. Se o Regulamento está mal, é de opinião que o mesmo seja revisto para que seja melhorado. Se o número de bicicletas for insuficiente, entende que se devem comprar mais. Se as estações de carregamento estão mal localizadas ou se são insuficientes, julga que o Município deverá tomar ilações sobre as recomendações dos eleitos feitas nesse sentido, sempre com o objetivo de atender àquilo que é o bem-estar de todos os munícipes.

O eleito **Ricardo Oliveira** fez nova intervenção. Clarificou aquilo que designou de "mensagens deturpadas". Não percebe aquilo que o CHEGA quer. Teve a oportunidade de discutir a proposta de Regulamento, em sede de Comissão Específica, cujo parecer final teve a concordância de todos os seus elementos. Antes do seu agendamento para a sessão do órgão deliberativo, o Regulamento foi sujeito a votação na Câmara Municipal, onde a sra. Vereadora do CHEGA não se mostrou com a veemência do seu colega Paulo Cardoso. Desmentiu que, em momento algum, tivesse dito que iria aprovar o projeto de Regulamento, afirmando, sim, que iria permitir a sua passagem, porque se iria abster.

Sublinhou que, sem qualquer intuito eleitoralista, a sua perceção é que o sistema não vai resultar, todavia, o ponto é este: chegado o momento atual, aquilo que existe, mal ou bem, é o resultado do contributo de todos, sendo certo que a rejeição do Regulamento, não arrasta nenhuns ganhos com isso. Acha que não se trata, somente, de um problema da Câmara Municipal, mas, de todos, tendo de ser encontrada uma solução que dê seguimento ao assunto, pois as bicicletas têm de vir para a rua, não se podendo estar à espera da sua deterioração total. Desafiou o PS e o CHEGA a clarificarem e a definirem de vez as suas posições, sugerindo que o assunto não seja tão politizado, porque, até prova em contrário, há que dar oportunidade ao sistema de funcionar, em vez de dar voz ao negativismo das conclusões imediatas.

Para responder às questões colocadas, falou, novamente, **a sra. Vice-Presidente**.

Agradeceu as opiniões manifestadas, confirmando que um dos objetivos que norteou a aquisição das bicicletas foi a possibilidade de majorar o valor que iria ser disponibilizado para a requalificação das zonas históricas do Município de Benavente, fruto de uma posição concertada, entre os Presidentes das Câmaras Municipais, associadas da CIMLT. Indicou que o valor de aquisição foi de 74,200 euros e que a majoração referida foi de de 509.900 euros. Outro dos objetivos que presidiu à sua aquisição, foi o de disponibilizar um bem à comunidade que permitisse uma mobilidade suave. O estudo de mobilidade referido, recentemente adjudicado, cujo pelouro é da responsabilidade do sr. Vereador Joseph Azevedo, foi precedido de um outro, em 2010, o que indicia que a autarquia não agiu de qualquer forma. Deu nota que a concretização dessa majoração permitia à Câmara Municipal disponibilizar, no futuro, um espaço para os seus munícipes e visitantes poderem circular nas estradas municipais e não nacionais, por questões de segurança. Nesses termos, as bicicletas foram adquiridas e depois guardadas, na perspetiva de virem a ser concluídas as ciclovias e as obras de requalificação dos centros históricos de Benavente e de Samora Correia, para a posterior implementação do sistema de partilha das mesmas.



Handwritten signature and initials, possibly 'M.A.' and 'M.A.'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Prosseguiu, dizendo que o processo se encontra, praticamente, concluído, sendo necessário proceder à colocação das bicicletas, em duas estações. Há uma 1ª fase em que se adquiriram 24 bicicletas, visando a majoração, contudo, equacionou a possibilidade de, numa fase seguinte, poder ser aumentado esse número, caso o resultado da experiência venha a revelar-se favorável. Salientou que a instalação será feita por fases, verificando-se primeiro o seu impacto no contexto do território do Município.

Confirmou que o sistema tem uma aplicação informática associada, prevista no Regulamento, que pode ser utilizada tanto pelos munícipes, como pelos visitantes. Estão definidos os locais para o levantamento das bicicletas, onde entroncou a questão da abertura de postos de turismo, que irão ter um período de funcionamento mais alargado, para poderem disponibilizar uma abordagem colaborativa aos utilizadores do sistema.

Realçou a mais valia dos contributos trazidos pelos eleitos, que serviram para o enriquecimento do Regulamento. Defendeu a sua aprovação, de modo a poder-se avançar com a colocação das bicicletas nos sítios definidos para tal, tendo-se mostrado disponível para acolher alguma retificação ao Regulamento, caso se mostre necessária.

Os eleitos **Paulo Cardoso** e **Pedro Gameiro** pediram para usar da palavra, o que foi aceite.

O eleito **Paulo Cardoso** retorquiu que tentava fazer uma oposição séria, rigorosa. Contudo, lamentou não estar alinhado com a sra. Vereadora do CHEGA na Câmara Municipal, eleita pelos munícipes do CHEGA, advogando que a sua ação se cinge somente a cumprimentos e a votos ao lado da CDU. Nesse sentido, para não deixar defraudados os munícipes que o elegeram, assumiu publicamente que, enquanto deputado municipal, não se encontra alinhado com a sua Vereadora.

Sobre o Regulamento em discussão, justificou o seu voto contra:

- Por não aderir ao sistema de utilizador/pagador;
- Pelo número insuficiente de bicicletas, não tendo de ser necessariamente elétricas, mas que deveriam ser espalhadas por um maior número de estações.

Caso o Ponto venha a ser chumbado, disponibilizou-se para dar o seu contributo pessoal, tendo em conta que não pertence à 1ª Comissão Específica, que tem o pelouro da mobilidade. Detalhou que o seu colega de partido que pertence a essa Comissão, é marido da sra. Vereadora do CHEGA, anteriormente referida, motivo pelo qual desconhece o que se passa ao nível dessa Comissão.

Do ponto de vista do eleito **Pedro Gameiro**, ao tencionar chumbar o Regulamento, o Grupo Municipal do PS não está somente a marcar uma posição, mas também a dar uma oportunidade para que o mesmo venha a ser melhorado. O assunto foi estudado pelo seu Grupo Municipal, as razões do chumbo foram explicadas pelo eleito António José Rabaça. Por tudo isso, confessou não entender a atitude tomada pelo PSD. Aquilo que percebe é que o PSD já anda em campanha eleitoral, dizendo simplesmente que quer as bicicletas na rua, admitindo que não esperava, da sua parte, uma abstenção "negligente".

A Sra. Vereadora Milena Castro, do Partido CHEGA, pediu para intervir, invocando a defesa da sua honra, tendo sido autorizada a fazê-lo. As suas declarações são reproduzidas na íntegra:

“Cumprimento todos os presentes. Respondendo àquilo que foi uma atitude deplorável a que acabámos de assistir aqui, o sr. eleito do CHEGA não respondeu de todo àquilo que o sr. eleito do PSD



Handwritten signature and notes in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

lhe perguntou. O senhor, o que simplesmente fez, foi um ataque direto a mim e ao meu marido, que também é eleito da sua bancada municipal e, portanto, devo lembrar-lhe que os atritos internos do partido ficam internamente e são discutidos em sede própria e não numa Assembleia Municipal. Portanto, os assuntos que vêm aqui a discussão, são assuntos de interesse público dos nossos municípios e não as guerras internas do Partido CHEGA e, portanto, eu não me revejo de todo nesta atitude, que condeno veemente e publicamente aquilo que, aqui, foi dito. Muito obrigado. “

O eleito **Mário Pereira**, à semelhança do que aconteceu na reunião anterior, deixou um reparo à Mesa. Reafirmou que o **controle dos tempos de intervenção continua por se fazer**. Sublinhou que os autarcas têm falado o tempo todo que querem, sem que haja qualquer controle, voltando a falar duas e três vezes. Situação que, no seu entender, peca por ser incorreta e injusta.

Relativamente ao Regulamento em apreciação, suscitou duas questões: - primeira: pediu para a sra. Vice-Presidente confirmar se o Vereador do PS, Joseph Azevedo, não era o responsável pela área da mobilidade e, conseqüentemente, pelo Regulamento; - segunda: não percebe porque é que o PS é contra a implementação das bicicletas, quando andou todo o anterior e o atual mandato, a questionar a razão das bicicletas estarem arrumadas num armazém, onde se estragavam com ferrugem, e que a CDU nunca mais avançava com a sua colocação.

Fez um comentário pessoal, que não reflete a opinião da CDU, à atitude tomada pela Câmara Municipal de enviar o projeto de Regulamento à 1ª Comissão Específica, sem estar aprovado e sem passar pela Assembleia Municipal, a quem competia despachar no sentido de baixar à Comissão, para ser analisado e não para ser alterado. Na sua opinião, essa decisão veio dar alguma razão ao eleito do CHEGA, quando afirmou que gostaria também de ser ouvido, uma vez que não pertencia a essa Comissão.

A única coisa que disse ter percebido é que a CDU, em conjunto com o sr. Vereador do PS, com a aprovação da sra. Vereadora do CHEGA e com a abstenção dos srs. Vereadores do PSD, aprovaram o Regulamento, com a perspectiva de, finalmente, as bicicletas serem colocadas na rua. Todavia, o PS, que parece estar já em campanha eleitoral, decide votar contra, com a agravante de ter partilhado a ideia de que as bicicletas deveriam ficar todas concentradas em Benavente. Reforçou que a população da maior freguesia do concelho de Benavente deverá ter ficado muito satisfeita de ouvir essa opinião do PS, dando primazia à sede do concelho e não, em termos partilhados, entre a sede de concelho e a maior cidade e a maior freguesia do concelho.

Findas as intervenções, passou-se à votação do **Ponto número quatro: PROJETO DE REGULAMENTO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – Relatório**, incluindo a apreciação dos contributos em fase de 2.ª consulta pública, e proposta de redação final do projeto do regulamento municipal, que foi **aprovado, por maioria**, com nove votos a favor da CDU, cinco votos contra, sendo 3 do PS e dois do CHEGA, e onze abstenções, sendo sete do PSD, duas do PS, uma do CHEGA e uma da CIMB.

O eleito **Paulo Cardoso** pediu para ler uma **declaração de voto oral**, justificativa do seu sentido de voto, que se transcreve na íntegra: **“Os eleitos que estão alinhados com o Partido CHEGA votam em consonância com as reuniões da Comissão Política Concelhia e com a aprovação da Distrital, sempre, e exige-se a todos os Vereadores com pelouro e sem pelouro, que façam oposição positiva, que falem em assuntos que são importantes para a comunidade e que não se limitem ao Bom Dia e ao Boa Tarde.”**



Handwritten signature and initials: "MCP" and "Néa" with a circled mark above.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

PONTO 5 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:

Dada a palavra à **sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para expor o teor do ponto, informou que se tratava do cumprimento do dever de informação, imposta, legalmente, à autarquia em todas as sessões ordinárias, correspondente ao período que medeia entre 18 de abril e 15 de junho de 2023. Disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos que fossem necessários.

Não se registaram inscrições para a sua discussão, pelo que a **Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

PONTO 6 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente:

Devido ao facto da **sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal** ter tido a necessidade de se ausentar da sala por breves instantes, a **sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, ouvido o plenário, interrompeu os trabalhos da reunião pelas vinte e três horas e onze minutos, durante um intervalo de cerca de cinco minutos, tendo sido retomados pelas vinte e três horas e dezassete minutos.

Aberto o debate, inscreveram-se os seguintes eleitos: **Pedro Gameiro, Nadia Matos, Paulo Cardoso e Domingos David.**

O eleito **Pedro Gameiro** abordou a **questão da recolha do lixo**, tema que considerou recorrente e que se tem vindo a agravar. Transmitiu que não necessitava de fotos para ilustrar a situação, uma vez que muitos munícipes têm feito chegar à concelhia do PS muitos emails, que traduzem bem o cenário em que se encontra o setor, extensivo a todas as freguesias do Município, reclamando que, em muitos casos, o lixo permanece espalhado no mesmo local, durante mais de um mês.

Na sequência, desviando-se das desculpas habituais para o não cumprimento desta obrigação, com as festas que decorrem no concelho, que aglutinam grande parte das equipas de recolha de lixo, questionou se depois da aquisição das duas novas viaturas previstas, a Câmara Municipal está em condições de garantir à população que a recolha do lixo será efetuada de forma eficiente.

Outro dos temas a que fez referência, foi o da **habitação social**. Relatou que, no início de mandato, foi aprovado no orçamento para 2022, com o voto favorável do PS, um grande investimento para a área da habitação social. A este facto, adicionou o título de uma notícia publicada recentemente num jornal local, que dá conta que Benavente é o concelho que mais sofre nessa área. Menos de duas semanas depois, a sra. Vice-Presidente veio tentar justificar o panorama do setor no concelho.

Num breve apontamento, mencionou que a sra. Vice-Presidente, nas reuniões que tem mantido com a 3ª Comissão Específica da Assembleia Municipal, nunca deu a conhecer esse panorama, apesar das várias insistências para o fazer. Na mesma linha, recordou que, durante o ano de 2022, os Grupos Municipais do PS e do CHEGA, desconfiados da existência de graves problemas na área, não só ao nível de incumprimento no pagamento de rendas, como, também, no subalugamento de habitações,



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'A. Silva', 'M. J.', 'F. Silva', and 'mdf'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

por parte dos respetivos titulares de arrendamento, a sra. Vice-Presidente, também, procedeu de modo idêntico.

Por tudo isso, equacionou a possibilidade de serem quantificadas as necessidades exatas ao nível de habitação social no Município, assim como ao nível do incumprimento no pagamento das rendas.

Relativamente a **Foros da Charneca**, observou que o PS, em visita ao local, no passado dia 18 de junho, acompanhado por um grupo de moradores, constatou, em consonância com a intervenção proferida na última sessão da Assembleia Municipal de 26 de abril, que o “famoso” **posto médico** se encontra em obras desde 2019, acautelando, no entanto, que não se trata de nenhuma empreitada, nem de nenhuma empresa que tenha falido, mas, sim, de uma obra realizada diretamente pela autarquia, que foi iniciada em 2019 e que ainda não se encontra concluída, numa situação que, disse, os envergonha.

Na sequência, perguntou qual a data provável para se concluir a obra, complementando que, nessa mesma sessão de abril, o sr. Presidente da Câmara, ao ser questionado sobre o mesmo assunto, deu a entender que a obra se iria desenvolver de forma rápida, o que não veio a acontecer, porque continua tudo na mesma.

Perguntou, igualmente, quando é que a autarquia pensa **orçamentar uma verba para a construção de passeios** em Foros da Charneca, onde grande parte deles não existe, apesar das insistências da população nesse sentido.

Outra das matérias a que deu destaque, foi a **Educação**. Recuperou o tema da abordagem que um grupo de pais tinha feito na sessão realizada na véspera, demonstrando a sua preocupação face ao problema que enfrentam pela **falta de vagas na creche, para os seus filhos**. Mostrou uma foto de uma antiga escola adquirida pela autarquia, no ano anterior, denominada “Miúdos e Companhia”, salientando que, passado um ano, o edifício continua na mesma, sem qualquer intervenção. Indicou que a compra tinha sido no valor de 420.000 euros, atirando o *remoque* de que tinha sido precisamente metade do montante do benefício de taxas, que a Câmara Municipal deu ao promotor do novo empreendimento logístico.

Frisou que a resposta da sra. Vice-Presidente estava cheia de palavras bonitas, mas, no fundo, não exprimiam qualquer solução para o assunto. Nesse contexto, onde a autarquia fez um investimento, que não teve ainda qualquer evolução, solicitou que a Câmara Municipal assumisse o compromisso de avançar com uma data para o início e conclusão das obras, necessárias à sua abertura no próximo ano letivo.

Quanto à **freguesia da Barrosa**, evidenciou que, na sessão de 26 de abril último, por chamada de atenção do PS, o sr. Presidente da Câmara lhe tinha dado razão para uma situação que se estava a passar na Rua Nascer do Sol, derivada de problemas com o empreiteiro que não tinha acabado uma obra no local, tendo constatado, depois disso, que a autarquia tinha procedido à sua regularização, o que agradeceu.

Por outro lado, aludiu a um conjunto de pedidos da Junta de Freguesia da Barrosa, que persistem sem resposta, desde o início de mandato, tratando-se, no concreto, de pequenos arranjos em passeios. Questionou quando é que a autarquia espera executar essas intervenções.

Abordou, igualmente, o tema do **Festival do Arroz Carolino**. Do ponto de vista do PS, a edição deste ano teve maior afluência de visitantes, tendo constituído um sucesso, contudo não deixou de apontar alguns problemas que, disse, terem existido: faltou a memória gustativa do arroz, faltou arroz a meio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

da noite e dificuldades ao nível do estacionamento. Situações que, a seu ver, têm de ser resolvidos para as próximas edições do Festival. Para o efeito, anunciou que o PS está a concluir um documento que reporta os melhoramentos que devem ser introduzidos no certame, que será transmitido ao Vereador do PS que, por sua vez, o levará ao Executivo.

A fechar, trouxe a debate a questão da **sinalética**. Afirmou que em Benavente e em Samora correia, a maior parte, em resultado das obras dos centros históricos, se constata uma descoordenação na sinalética. Comprovou com um caso que se passa em Benavente, numa rua estreita, designada Rua António Aleixo, nas Areias, onde se pode circular e estacionar nos dois sentidos, dando origem a situações perigosas, na aplicação da sinalética. No seguimento, perguntou para quando, ou, se está prevista alguma alteração da sinalética e se aquela que existe nas duas localidades, está devidamente homologada.

A eleita **Nádia Matos**, após as saudações habituais, centrou a sua intervenção nas **obras que estão a decorrer na Av. Egas Moniz, em Samora Correia**, tendo questionando qual a previsão para a conclusão dessas obras. Segundo a sua leitura, as obras realizadas pelo Município têm sempre a tendência de demorarem entre 2 a 3 anos, o que representa, quer, para os munícipes em geral, quer, sobretudo, para as pessoas que residem nesses locais de intervenção, diversos constrangimentos que dificultam a sua vida quotidiana.

O eleito **Paulo Cardoso** perguntou se já havia alguma **previsão dos gastos totais com o Festival do Arroz Carolino**, querendo, igualmente, saber **por que razão a edição do corrente ano não se realizou em Samora Correia**, em vez de ter sido, novamente, em Benavente.

O eleito **Domingos David**, a seguir aos cumprimentos habituais, colocou duas questões relativas a **acessibilidades**:

Primeira – se já existe alguma resposta do Ministério das Infraestruturas sobre a tomada de medidas tendentes à construção duma **variante que retire o trânsito das zonas urbanas de Benavente e de Samora Correia**;

Segunda – Se existe, igualmente, alguma previsão concreta em relação à execução das **rotundas de Benavente**, que iriam facilitar em muito as acessibilidades e o trânsito, em Benavente.

A concluir, abordou a temática da **saúde**:

a) criticou a posição assumida pelas entidades tutelares, sobretudo, o próprio Ministério da Saúde, por não ter atuado atempadamente na **substituição da médica, aposentada recentemente**, pertencente aos quadros do Centro de Saúde de Benavente, a **Dra. Ana Luísa**, sabendo, de antemão, que isso iria acontecer no corrente ano. Indicou que, no momento, tirando os cerca de 12000 utentes que são servidos pela USF de Samora Correia, cerca de 7000 utentes passaram a ter uma médica de família, que detém uma lista de cerca de 1600 doentes, o que se revela manifestamente insuficiente. Questionou se o Ministério da Saúde já tinha prestado alguma informação à Câmara Municipal, quanto à tomada de medidas de urgência para que a situação seja resolvida, a contento da população;

b) perguntou se o Sr. Ministro da Saúde já respondeu à proposta da Câmara Municipal para a UCSP de Benavente passar a USF, tipo B;

c) na medida em que o ACES do Estuário do Tejo tem uma nova direção, interrogou se já foi estabelecido algum contacto entre o ACES e a Câmara Municipal para a tomada de medidas de



[Handwritten signature and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

urgência, a fim de pôr cobro à situação calamitosa que se vive no Centre de Saúde de Benavente e nas freguesias de Benavente, Santo Estevão e Barrosa.

Seguiu-se o eleito **Ricardo Oliveira**. Depois da intervenção do PS, que qualificou de “*demagógica*” servindo apenas para baralhar as pessoas, defendeu-se da acusação de que foi alvo, reafirmando que a divergência do PSD não é com o Festival do Arroz Carolino, mas, sim, com a estratégia do Município de valorização turística do concelho.

Quanto ao acompanhamento da atividade da Câmara Municipal, solicitou esclarecimentos sobre duas situações:

Primeira – No âmbito do **NAL-Novo Aeroporto de Lisboa e o processo que está em curso**, perguntou qual foi a posição defendida pelo sr. Presidente da Câmara, em reunião recente realizada na CIMLT. Por aquilo que lhe é dado saber, existem duas localizações em estudo na área de abrangência do Município, uma a do Campo de Tiro da Força Aérea, localizada na freguesia de Samora Correia e a outra, chamada de “solução de Santarém”, que acolhe a simpatia de muitos Presidentes de Câmara, da área da CIMLT. Nesse sentido, gostaria que fosse clarificado o que tinha sido transmitido;

Segunda – **Bolsas de estacionamento**. Memorizou que o sr. Presidente da Câmara tinha anunciado, em tempos, que no caso de Samara Correia, estava prevista uma bolsa de estacionamento para a zona histórica requalificada, junto ao coreto, para cerca de 40 lugares, encontrando-se em negociações ou, até, já fechado, um acordo com a Companhia das Lezírias, para aquisição daquilo que é a atual sede da ASASC, antiga cooperativa de consumo, assim como todo o casario envolvente. Nesse contexto, gostaria que lhe fosse clarificada a matéria.

Concluído o período de perguntas ao Executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal transmitiu o seguinte:

Ao eleito Pedro Gameiro:

1ª questão colocada: RSU-Resíduos Sólidos Urbanos. Recordou que o assunto já tinha sido abordado na reunião do dia anterior, no decorrer do PAOD-Período de Antes da ordem do Dia.

Sintetizou que a equipa técnica liderada pelo sr. Vereador Hélio está a trabalhar no sentido de melhorar as condições físicas e humanas do setor, procurando ir ao encontro de soluções que melhorem um problema, identificado e constatado por todos, na área do Município.

Para além do trabalho que lhe compete, de melhorar o serviço de recolha dos resíduos, a autarquia confronta-se com um outro problema, que se traduz na necessidade de alterar e adequar o comportamento dos cidadãos, face àquilo que é a deposição permanente de resíduos ao lado dos contentores, passando uma imagem denegrida do Município, à vista de todos.

Respondendo ao eleito sobre a possibilidade de poder assumir uma recolha eficaz, transmitiu-lhe que somente poderá garantir aquilo que são as boas intenções da Câmara Municipal, que passam por aplicar no terreno um conjunto de medidas tendentes a alterar o cenário existente, através dos meios que irão ser colocados ao dispor da equipa liderada pelo sr. Vereador Hélio Justino. Especificou que a atuação da autarquia irá apostar em várias vertentes: - um programa de promoção e sensibilização dos munícipes; - uma reestruturação daquilo que são os meios humanos e os equipamentos, no caso, as viaturas de recolha dos resíduos; - um reforço da fiscalização; - uma maior divulgação no recurso à comunicação direta por telefone aos serviços instalados no estaleiro municipal, que anotam e procedem à respetiva recolha na residência do munícipe.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª questão colocada: habitação social. Quanto àquilo que foi alegado de não ter transmitido à Comissão Específica a informação colocada, respondeu não ter o conhecimento total que lhe permita validar a sua veracidade, pois quando lhe chega algum documento para despachar, fá-lo habitualmente para os serviços respetivos. Além disso, sabe que foi feita uma listagem integral daquilo que são as habitações pertença do Município, desconhecendo se foi enviado ou não. Se não o foi, lamenta o lapso, assumindo que lhe irá fazer chegar essa informação, logo que possível.

No que concerne às **necessidades existentes ao nível da habitação social**, respondeu ao eleito que são aquelas que estão previstas e integradas no programa ELH-Estratégia Local de Habitação, informando que todos os munícipes que estão em carência habitacional, podem e devem dirigir-se aos serviços municipais, onde preenchem um formulário, dando nota da sua necessidade habitacional. Amiudou que a ELH inclui **409 agregados familiares**, que vão ser apoiados por esse programa. Para o efeito, a autarquia está a desenvolver o seu trabalho, que poderá ser comprovado pelas deliberações que tem vindo a tomar em conformidade com essa intenção, que têm tradução nos projetos necessários ao avanço das obras, de forma a que esse número de famílias possa aceder a uma habitação condigna. Em termos de suporte financeiro, o programa está dotado de uma verba de 30.600.000 euros, não sendo ainda presumível se será suficiente, ou não. Ainda assim, a autarquia acautelou esse aspeto, através de conversações já iniciadas com o IHRU-Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, visando a necessidade do seu ajustamento.

Em referência às **dívidas com o pagamento das rendas**, transmitiu que não dispunha dos números concretos, deixando nota que os iria fazer chegar ao eleito.

3ª questão colocada: situação nos Foros da Charneca. Deu conta de uma deslocação à Câmara Municipal de um grupo de munícipes dos Foros da charneca, a solicitar a presença do sr. Presidente da Câmara nos Foros da Charneca, para uma reunião com a população, pelo motivo de não concordarem com as obras que foram definidas, à data, com a Liga de Melhoramentos e com a Junta de Freguesia de Benavente, por considerarem que, no momento atual, existem outras necessidades. Nesse quadro, o sr. Presidente da Câmara mostrou-se aberto ao diálogo, assumindo o compromisso de se reunir com os residentes, no local, assim que se sinta melhor de saúde, com o objetivo de definirem, em conjunto, a obra ou as obras que consideram mais prementes e que melhor sirvam os seus interesses. A questão aflorada dos **passeios**, deverá integrar a agenda dessa mesma reunião.

Confirmou que a obra do **Posto Médico** está a ser executada por administração direta, que tem avançado à medida da disponibilidade da equipa de funcionários que lhe está adstrita. Em contrapartida, a obra do posto médico de Foros de Almada ficou concluída, onde são atendidos os utentes de Foros da Charneca e de Santo Estevão, enquanto decorrerem as obras, situação que foi devidamente articulada com as Juntas de Freguesia de Benavente e de Santo Estevão. Referiu, ainda, a preocupação maior em se conseguir encontrar um médico, que possa completar o horário de atendimento do posto médico, aquando da sua reabertura.

4ª questão colocada: setor da Educação. Em relação à crítica da autarquia ainda não ter feito nada no antigo colégio "Miúdos e Companhia", corrigiu que a data de aquisição do edifício tinha sido em dezembro de 2022 e não em julho desse ano, conforme indicado pelo eleito.

No momento, por se estar a aproximar as zero horas, a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, interrompeu a intervenção da sra. Vice-Presidente da Câmara, a fim de solicitar autorização ao plenário para o prolongamento dos trabalhos, por mais uma hora, ao abrigo do disposto no número 2 do artigo 30.º, do Regimento.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito **António José Rabaça** pediu autorização para intervir, que foi aceite. Como autor do requerimento, datado de 23 de junho de 2023, que deu origem a que fosse acrescentado o Ponto número sete à Ordem do dia da sessão, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 53.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresentou a seguinte proposta, que se reproduz na íntegra: “Dado o adiantado da hora, eu prescindo da discussão do Ponto número sete, desde que seja incluído, podendo até fazer novo pedido nesse sentido, na próxima Assembleia.”

Face à intenção manifestada pelo autarca, **a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, deixou a garantia do assunto ser incluído na ordem do dia da próxima sessão do órgão deliberativo, agradecendo a sua proposta.

Na sequência, o eleito **Mário Pereira** propôs que a autorização para adiar a discussão do Ponto número sete, constante da Ordem do Dia, fosse votada em plenário.

A sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, concordou com a proposta expressa pelo eleito Mário Pereira. No contexto da mesma, propôs que a votação para o adiamento da discussão do Ponto número sete e a sua consequente retirada da Ordem do Dia, fosse efetuada após o final da intervenção da sra. Vice-Presidente da Câmara, imediatamente antes do início da discussão desse Ponto. O plenário de eleitos concordou, por unanimidade, com a proposta da sra. Presidente da Mesa, em exercício.

Retomando a sua intervenção, **a Sra. Vice-Presidente da Câmara** prosseguiu a abordagem que vinha fazendo ao setor da **Educação**, respondendo ao eleito Pedro Gameiro. Contrariamente àquilo que insinuou, de não ter dado soluções ao grupo de pais que estiverem presentes na reunião do dia anterior, replicou que o compromisso da autarquia é o de procurar resolver as questões que são do sublime interesse dos munícipes, sendo esse o trabalho que está a ser preparado, abrindo caminho à sua resolução. Em relação aos alunos que estão nessas circunstâncias, não pode saber de antemão a sua identificação, nem tão pouco teve acesso à respetiva lista de espera, não podendo, desse modo, assumir se determinado educando tem a sua entrada assegurada. Antecipou que foram encetadas conversações com a Fundação Padre Tobias, com o objetivo de ser restituído ao Município um edificado que tem estado na sua posse, e que poderá dar forma à possibilidade dessas crianças poderem continuar a sua aprendizagem no ensino pré-escolar, o que demonstra a capacidade da Câmara Municipal em diagnosticar os problemas e implementar as soluções.

5ª questão colocada: Festival do Arroz Carolino. No tocante a alguns dos problemas apontados, como o de ter faltado arroz a meio da noite, ripostou que, isso, não corresponde à verdade. Esclareceu que, em determinada altura, o que faltou foi o fornecimento de arroz nas bancas do arroz carolino, havendo mais três espaços no interior da tenda do arroz, que estavam a fornecer, igualmente, pratos de arroz carolino, o que perante a grande afluência de público e a boa qualidade da oferta, originou pontuais falhas no abastecimento de arroz que, dentro do possível, foram logo colmatadas. Destacou e valorizou a boa qualidade da comida com que o público foi presenteado.

6ª e última questão colocada: Sinalética das obras que estão a ser desenvolvidas nos centros históricos, nomeadamente em Samora Correia. Confirmou que foram identificadas algumas sinaléticas que não estão conforme, estando a ser tratada a sua alteração. A empreitada da obra ainda decorre, mencionando que o projetista e os serviços municipais já estiveram no terreno, pelo que o assunto está a ser devidamente acompanhado.

À eleita Nádía Matos:



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like 'Bert', 'Lup', 'Kueira', and 'ma'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Obras na Av. Egas Moniz, em Samora Correia. Informou que a sua conclusão está prevista para o dia 6 de julho de 2023. Após essa data, termina também a suspensão da empreitada para a repavimentação desse troço.

Ao eleito Paulo Cardoso:

Previsão de custos totais do Festival do Arroz Carolino. Disse que na reunião de ontem já tinha respondido a essa questão, repetindo que dispunha, apenas, dos dados de caracterização dos participantes. Garantiu que irá partilhar com os eleitos os indicadores em falta, logo que a empresa externa os faça chegar.

Razão da edição do corrente ano do Festival do Arroz Carolino, ter sido em Benavente e não em Samora Correia. Deu nota que existe um compromisso da Câmara Municipal de haver alternância entre Benavente e Samora Correia, o que tem acontecido, até ao momento. Explicou que não aconteceu no corrente ano, devido ao facto da autarquia pretender criar melhores condições para a sua realização na zona Ribeirinha de Samora Correia. Nesse sentido, está em negociações a aquisição de uma parcela de terreno, que visa o prolongamento do espaço, que será depois preparado para receber o evento. Crê que, no próximo ano, a edição do Festival tenha lugar em Samora Correia, no respeito pelo compromisso assumido, a que se irá dar cumprimento.

Ao eleito Domingos David:

Acessibilidades: retirada de trânsito das zonas urbanas de Benavente e de Samora Correia. Elucidou que a matéria está a ser tratada pela IP-Infraestruturas de Portugal, em conjunto com a Câmara Municipal, sobretudo, na parte que diz respeito à desclassificação do troço da Av. Do Século, em Samora Correia, que dará origem a uma outra via, principal, na zona da Murteira. O concurso para o projeto de execução já foi lançado tendo ficado deserto de concorrentes, estando em estudo uma nova solução. Observou que já foi, igualmente, partilhada a intenção de ser construída uma via alternativa a Benavente, entre a zona da Vala Nova e Samora Correia, com ligação à Reta do Cabo. Comentou que o processo tem sofrido muitos atrasos, naquilo que é a sua concretização, estando o mesmo a ser acompanhado pelo sr. Presidente da Câmara Municipal.

Situação das Rotundas em Benavente. Lembrou que o projeto foi feito a expensas da Câmara Municipal, tendo já sido aprovado pela IP. O lançamento da empreitada de concretização da obra está para breve, igualmente, a cargo, da IP.

Situação da Saúde no Município. Confirmou a **assimetria existente entre Samora Correia e Benavente**, tendo-se referido ao assunto na reunião do dia anterior. Quanto a **Benavente**, verificou-se, efetivamente, a aposentação da Dra. Ana Luísa, a 1 de junho passado, estando previsto regressar após o período legal de um mês, não para efetuar o número de horas que fazia anteriormente, mas um número mais reduzido.

Confirmou, igualmente, que os tais 7.000 utentes, a que se referiu, não dispõem de médico de família, existindo, no entanto, médicos de recurso que estão nas unidades de saúde em Benavente e em Santo Estevão, sendo, contudo, claramente insuficiente. A população precisa e exige-se que **todos tenham acesso a médico de família.**

Observou que o Projeto de Regulamento, que foi trabalhado na 3ª Comissão Específica e partilhado com o sr. Presidente da Câmara, foi entregue, pelo mesmo, numa 1ª reunião ao sr. Ministro da Saúde. Posteriormente, numa 2ª reunião, na CIMLT, o sr. Ministro informou o sr. Presidente da Câmara que



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

não estava prevista a aprovação daquele projeto, apresentado pelo Município de Benavente, mas, sim, a **criação de Unidades de Saúde Familiar, idênticas às de modelo B**, pondo termo às USF, modelo A, ficando todas ao mesmo nível, quer, remuneratório, quer, de objetivos. Nesse contexto, aguarda-se que o Ministério liberte essa legislação que, certamente, irá dar maiores garantias e incentivos financeiros aos profissionais de saúde.

Estratégia do ACES, em relação ao Município. Deu conhecimento que já tomou posse o **novo Diretor Executivo, Dr. Pedro Hespagnol**, a quem a Câmara Municipal já enviou um ofício a solicitar o agendamento de uma reunião, aguardando-se resposta. Indicou que a reunião visa saber qual é a estratégia a tomar pela nova direção e quais são as suas diretrizes para resolver o grave problema do setor da saúde, que se vive no Município.

Ao eleito Ricardo Oliveira:

Posição da Câmara Municipal face ao NAL-Novo Aeroporto de Lisboa. Evidenciou que tem sido manifestado pelo sr. Presidente da Câmara, em todos os fóruns e em todos os organismos, que foram criados para se desenvolver o estudo para a sua criação, que a intenção é que o NAL venha para o Campo de Tiro da Força Aérea. Sabe-se que, do estudo que está a ser feito pela Comissão independente, a localização do Campo de Tiro é a que está melhor colocada sobre todas as hipóteses existentes. É a que tem a garantia de ter capacidade de expansão e é, também, a que está numa proximidade maior ao aeroporto da Portela, ou seja, todos os parâmetros que foram levantados pela CTI-Comissão Técnica Independente são favoráveis à sua localização no Campo de Tiro. Existe uma questão que está a ser colocada e que tem a ver com a ferrovia, que está prevista para a 3ª travessia do Tejo, mas não se considera um impeditivo a essa localização. Sublinhou, ainda, que o sr. Presidente da Câmara tem manifestado junto da CTI a ideia de que a opção Campo de Tiro é a que melhor serve os interesses, não só, do Município, como, sobretudo, do País.

Bolsas de estacionamento e aquisição da sede da ASASC. Explicou que têm sido estabelecidos alguns contactos com a Companhia das Lezírias, existindo um processo negocial, que não chegou ainda ao fim, tendo por objetivo a aquisição de parcelas de terreno para a construção de bolsas de estacionamento. Deu conta que existem outros terrenos na proximidade, que estão em análise para serem adquiridos, igualmente, com esse objetivo. Clarificou que a redução dos lugares de estacionamento, resulta daquilo que são as premissas e os requisitos dos fundos comunitários, para a requalificação da zona histórica de Samora Correia, os quais foram cumpridos. É suposto que a zona venha a ser mais de fruição pedonal, o que justifica a intenção de construir essas bolsas de estacionamento, que permitirá dar uma melhor resposta aos comerciantes e aos visitantes da zona.

Findas as intervenções relativas ao **Ponto seis, a sra. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**, em conformidade com aquilo que tinha sido combinado anteriormente, colocou a votação do plenário a proposta apresentada pelo eleito **António José Rabaça**, para que fosse retirada da Ordem do Dia a discussão do **Ponto número sete - APRECIÇÃO POR TODOS OS ELEITOS, DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DATADO DE 30 DE MAIO DE 2023, RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS, NO QUE SE REFERE À SUA APLICABILIDADE E À SUA EFICÁCIA**, tendo sido **deliberado, por unanimidade**, aceitar a sua retirada, com o compromisso tomado pela Mesa da Assembleia Municipal de vir a ser agendado para a próxima sessão ordinária de setembro.

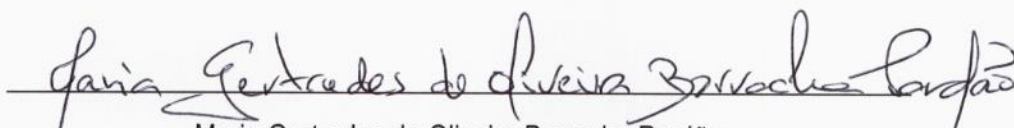


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

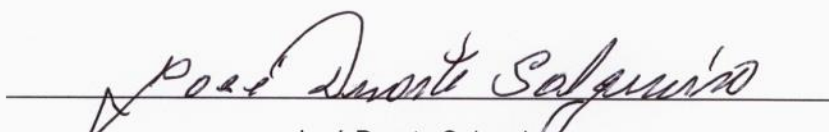
Na sequência, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, anunciando a leitura da MINUTA DA ATA pela Segunda Secretária da Mesa, em exercício, Maria Lucinda de Sousa Martins. Lida a Minuta da Ata e não tendo havido inscrições para a sua discussão, procedeu-se de imediato à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade, constituindo o anexo número um à presente ata**, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, **a senhora Presidente da Assembleia Municipal de Benavente, em exercício**, despediu-se e agradeceu a colaboração de todos os presentes para o bom andamento dos trabalhos, tendo, igualmente, desejado boas férias a todos. Deu por encerrada a segunda reunião da sessão, pelas zero horas e dezoito minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária, realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, tendo sido aprovada, por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.


A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, em exercício,


-Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão-

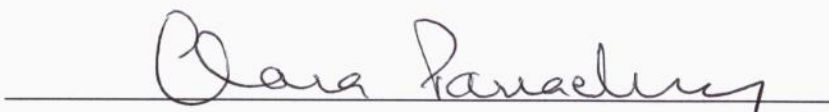
O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício,


-José Duarte Salgueiro-

A segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício,


-Maria Lucinda de Sousa Martins-

A coordenadora técnica,


-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço.-